

Escola pública melhor

JOSÉ AURÉLIO DE CAMARGO

O Brasil não pode abandonar à própria sorte o sistema educacional, seu principal patrimônio, alavancas de qualquer processo eficiente de modernização, responsável pela ascensão das nações ao Primeiro Mundo. Sem um sistema educacional justo e pluralista, não há progresso e o homem estará ainda mais distante de seus ideais de felicidade, limitado pela ignorância. Educação é assunto sério e como tal deve ser tratado. Sem essa premissa fundamental as dúvidas se acumulam e não há resposta para elas. A escola pública está falida? O atual sistema permite que se resolva o problema básico da questão salarial? O Estado terá condições de acabar algum dia com a remuneração miserável de seus professores?

O problema da escola pública é estrutural, não conjuntural. O Estado tem graves restrições orçamentárias e a Constituição não permite que mais de 65% de seu orçamento seja comprometido com despesas de pessoal. Um professor em início de carreira ganha um salário muito baixo e o princípio da isonomia não permite grandes diferenças de remuneração entre categorias distintas do funcionalismo.

Na prática, se um professor recebe hoje algo em torno de Cr\$ 60 mil, ele precisaria triplicar esse rendimento para manter o mínimo de dignidade salarial. Consequência: o Estado teria de dobrar, em termos reais, seu orçamento e investir tudo no item pessoal. Elevar o orçamento nessas proporções significa duplicar o PIB paulista.

Qualquer pessoa de bom senso sabe que essa é uma tarefa impossível. A realidade mostra, de um lado, um Estado acostumado a acenar com melhorias salariais e, de outro, os setores representativos de professores e funcionários públicos em greves sucessivas por melhores salários. No centro dessa batalha, o principal prejudicado: o aluno da escola pública.

Não podemos nos iludir. A cada dia se torna mais utópica a possibilidade de ascensão social dos alunos egressos do sistema educacional público. É urgente que se apresente uma proposta concreta, simples e eficaz, não para discutir privatização, mas para responder aos anseios de milhões de crianças e jovens que depositaram nas escolas do governo suas esperanças de um futuro melhor.

Essa proposta existe. O Estado tem obrigação constitucional de destinar 25% de seu orçamento para a Educação, uma vultosa quantia em dinheiro. Já as empresas em geral têm obrigação de pagar impostos, como o ICMS. Se não houver sonegação, todo esse dinheiro vai para o Estado e deveria, portanto, chegar às escolas públicas. Mas, e há sempre um mas, não existe um sistema de distribuição desses recursos.

Na área da educação, a máquina burocrática está emperrada: dois terços do pessoal se mantêm fora da escola, enquanto o terço restante está nas salas de aula. É o inverso do que ocorre nas escolas particulares. A constatação é que continua a prevalecer o empreguismo na escola pública.

E mais: há uma demora muito grande para que sejam atendidas as necessidades básicas de uma escola pública. Coisas simples



como trocar um vidro, cuidar de um banheiro ou comprar uma caixa de giz são tarefas que, no governo, se transformam em procedimentos complexos, envolvendo carimbos, burocracia e espera de alguns meses. Quando a requisição é finalmente atendida, os problemas aumentaram e o ano letivo está no fim.

Todos esses obstáculos podem ser perfeitamente resolvidos. Basta regionalizar as empresas (distribuídas por regiões), segundo a arrecadação do ICMS, e fazer com que as escolas públicas obedeçam à mesma divisão geográfica. Dessa forma, o governo poderia utilizar os impostos arrecadados para assegurar educação com qualidade em todas as regiões, beneficiando igualmente as escolas públicas, independentemente de sua localização.

Por conta e crédito do ICMS a recolher, as empresas fariam diretamente a gestão administrativa das escolas de suas regiões, gerenciando inclusive a questão de pessoal, sem que o funcionário público perdesse o vínculo com o Estado. Ao contrário, ele teria assegurada uma remuneração mais digna, como resultado efetivo de seu trabalho.

Nada mais faltaria nessa nova escola. E o nome da empresa particular, ou de seu representante, seria afixado em local visível num registro público da responsabilidade assumida perante a comunidade. Se o serviço prestado não for de boa qualidade, o nome e o conceito dessa empresa seriam questionados pela população local, principal interessada no investimento.

Teríamos, então, a escola Mário Amato, concorrendo em igualdade de condições com a escola Luís Eulálio Vidigal. Uma concorrência saudável, capaz de assegurar à sociedade a posição de maior beneficiada.

Sem desvios nem desperdícios, nasceria uma escola pública de qualidade, certamente menos onerosa do que as mantidas hoje pelo poder público.

Daí, sim, o Estado exerceeria sua real função: gerenciar com eficiência o dinheiro arrecadado dos contribuintes e devolvê-lo aos seus legítimos donos. Se esse projeto se transformar em realidade, ele representará uma nova esperança num momento tão difícil para a maioria dos brasileiros. Todos querem melhores dias para seus filhos e igualdade de oportunidades para que possam ter acesso a escolas de qualidade.

Aos homens públicos, de responsabilidade, um recado: tenham a coragem de debater o que todos sonham — a existência de uma escola boa num País mais alegre e feliz. É pedir muito aos inseguros, hesitantes e mal-intencionados. Mas, certamente, é pouco para os que acreditam no futuro do Brasil.

■ José Aurélio de Camargo é presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (Sieeesp)

